

ATUAÇÃO - Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense, nº 24 jan./jun. 2014

Estão disponíveis em pdf no endereço:

<https://www.mp.sc.br/centro-de-estudo-e-aperfeicoamento/revista-juridica>

Constitucional

Segurança jurídica, proteção da confiança e proibição de retrocesso: tríade fundamental à garantia e manutenção dos direitos sociais

Luiz Eduardo D. Cardoso

O princípio da legalidade versus o princípio da segurança jurídica (proteção à confiança) nas aposentadorias de servidores públicos: o entendimento do STF e TJSC

Silvane Dresch

Criminal

O plantão policial e o direito fundamental à segurança pública

Vinícius S.Zaponi

Agravantes e atenuantes no procedimento do júri popular: novo paradigma a considerar

Raul Schaefer Filho

A revisão criminal contra a condenação do Tribunal do Júri

César D.R. de Novais

Civil

A possibilidade jurídica da transmissão de bens digitais causa mortis em relação aos direitos personalíssimos do de cujus

Naiara C. Augusto

Rafael N.M. de Oliveira

Ordem tributária

Tredestinação dos recursos da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública(COSIP): a responsabilidade criminal do agente político e a caracterização de ato de improbidade administrativa

Beatriz M. Beneton; Fabiana da Rosa Mondo; Thiago M. Zappellini

ATUAÇÃO - Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense, nº 23 jul./dez. 2013

Constitucional

Os limites do poder constituinte reformador na constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Alan Ricardo Grah; Pedro Roberto Decomain

O controle abstrato de constitucionalidade no âmbito estadual e as normas repetidas e remissivas
Anelise Dell'Antonio Cadorin

Lei n. 9637/98 (Marco Legal das Organizações Sociais) e o julgamento do mérito da ADIN n. 1923 pelo STF: análise crítica à luz da filosofia do direito
Diego Christiano Allet Matte

Controle e constitucionalidade brasileiro à luz do ativismo judicial e do sistema *Common Law*
Danielle M. Heil

Criminal

Estupro mediante prática sucessiva de conjunção carnal e outros atos libidinosos no mesmo contexto fático e contra única vítima: crime único ou concurso material?
André Costa Doin; Pollyananna Maria da Silva

Infância e juventude

Direito fundamental à saúde de crianças e adolescentes: fundamentos, possibilidades e estratégias de concretização
Luciano Moreira de Oliveira

Cidadania

A judicialização das políticas públicas de saúde: o papel do estado-juiz na sua efetivação
Thárik Uchôa Luz

Parâmetros para a fixação da compensação ambiental em Termos de Ajustamento de Conduta
Fernanda Broering Dutra

ATUAÇÃO - Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense, nº 22 jan./jun. 2013

Criminal

A colaboração premiada como instrumento de investigação criminal
Maurício de Oliveira Medina

Direitos fundamentais e a nova lei de organizações criminosas n. 12.850/13
Onofre J.C. Agostini; Guilherme B.L. Simas; Marcos D. C. Delavi

A aplicação da Lei n. 13.142/2015 quando a vítima for filho adotivo de integrante de órgão de segurança pública
Reinaldo F. de Abreu

Infância e juventude

A competência da vara da infância e da juventude para o julgamento de ações em face da fazenda pública
José Carlos L. Bergamini; Marcelo Wegner

Institucional

Ministério Público e política
Oriane Padilha

Constitucional

Neoconstitucionalismo: implicações e reflexos no ordenamento jurídico brasileiro
Rodrigo Andrade Viviani

Limitação constitucional da perda alargada: uma análise da sua natureza jurídica a partir da Diretiva 2014/42 da União Europeia
Luiz Eduardo Dias Cardoso

Civil

O Ministério Público na pós-Modernidade: a questão da participação popular nos assuntos de interesse coletivo
José Isaac Pilati; Leonardo Henrique M. Lehmann

A responsabilidade civil do estado em face de atos inconstitucionais praticados pelo poder legislativo
Karolina Vitorino

Cidadania

Direitos humanos e educação
Lio M. Marin; Luiza B. Keller

Meio ambiente

A coautoria (des) necessária entre a pessoa física e a jurídica para criminalização ambiental
Nicole Cascaes

Ordem tributária

A nota fiscal de produtor rural na produção de leite e sua contribuição no combate à sonegação fiscal e outras fraudes: um estudo de caso
Eraldo Antunes

**ATUAÇÃO - Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense,
nº 21 jul. / dez. 2012**

INFÂNCIA

**A competência dos Magistrados da Infância e Juventude e das atribuições dos
Conselhos Tutelares**

Nuno de Campos

Formação natural de famílias do concubinato à união estável

Nathalia da Rocha Fabre

MEIO AMBIENTE

Ação civil pública com pedido de liminar

Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto

MORALIDADE

**Moralidade administrativa como direito fundamental à boa administração eletrônica e a
relação do governo eletrônico com os valores do neoconstitucionalismo**

Hélio Santiago Ramos Júnior

PENAL

A relevância da atuação ministerial no inquérito policial e gestor das políticas criminais

Marcelo José dos Santos

Crime, mediação ou castigo

Henrique Rosa Ziesemer

ATUAÇÃO - Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense, nº 20 jan. / jul. 2012

PENAL

A (in) constitucionalidade dos custos legis nas ações penais públicas em segundo grau
Sonia Maria Demeda Groisman Piardi

A legitimidade do Ministério Público para propor a transação penal nas ações penais privadas
Luiza Bonfante Keller
Thiago Carriço de Oliveira

A nova lei do crime organizado- Lei n. 12.850/2013. Superação do deficit conceitual e sua tipologia
Sidney Eloy Dalabrida

Invasão de dispositivo informático e a Lei n. 12.737/12: comentários ao art. 154-A do Código Penal

Punição ao cidadão e liberdade ao ladrão – a verdadeira face do novo Código Penal
Gilberto Callado de Oliveira

MEIO AMBIENTE

Resíduos sólidos: tópicos essenciais para compreender a Lei n. 12.305/2010
Luísa Bresolin de Oliveira

INFÂNCIA

A valorização da família na erradicação do trabalho precoce: uma alternativa para o Estado Social Democrático
Carmen Lúcia Matos

O controle jurisdicional das omissões administrativas e o princípio da prioridade absoluta da criança e do adolescente
Cristina Nakos

Tráfico de recém-nascidos: a necessidade da concepção de novos instrumentos para combater o comércio de vidas
Nicolle Mattos Corrêa

A ineficácia da renúncia a cargo detentor de foro por prerrogativa de função para fins de deslocamento da competência penal
Maria Fernanda Steffen da Luz Fontes

MORALIDADE

Princípio da eficiência e governo eletrônico: o controle da administração pública pelo cidadão
Hélio Santiago Ramos Júnior

Pró-atividade do Ministério Público sobre a modalidade de licitação convite como instrumento inibidor de atos de improbidade administrativa
André Teixeira Milioli

Sobre o dever de probidade dos agentes públicos
Davi do Espírito Santo
Samuel Dal-Farra Napolini
Eduardo Varella Vieceli

INSTITUCIONAL

Portais de transparência e gestão do conhecimento no Ministério Público
Hélio Santiago Ramos Júnior
Jane Lucia Silva Santos
Marcus de Melo Braga

DIFUSOS

O acesso à justiça e o processo de judicialização dos direitos sociais: as interfaces do serviço social no

ATUAÇÃO - Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense, nº 18, jan. / jul. 2011

Os artigos das revistas até o nº 17 estão disponíveis no endereço:
http://www.mpsc.mp.br/portal/webforms/lista.aspx?secao_id=421

SUMÁRIO

PENAL

A Súmula Vinculante nº 24 do STF9
Andreas Eisele

A Caça às Bruxas e a Inquisição Católica – Aspectos Históricos e Processuais.....37
Leonardo Henrique Marques Lehmann
Silvano Denega Souza

O Indispensável Pedido Condenatório na Denúncia e na Queixa59
Gilberto Callado de Oliveira

Organização Criminosa: Bem ou Mal, Legem Habemus85
Rômulo de Andrade Moreira

Inteligência Institucional: O Ministério Público na Prevenção e Repressão da Criminalidade Organizada.....107
Berenice Chaves

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Breve Análise do Sistema Macropolítico criado pela Lei Federal n. 12.594/12 (Lei Federal que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE)123
Fernando Henrique de Moraes Araújo
Lélio Ferraz de Siqueira Neto
Priscilla Linhares Albino

Mídia, Violência e Infância: Vamos Trocar o Canal?139
Marcelo Gomes Silva

CONSTITUCIONAL

O Problema da Seletividade e da Progressividade do IPTU sob o Enfoque Constitucional.....159
Douglas Dellazari
Maury Roberto Viviani

Globalização, Transnacionalidade e os Contornos de uma Democracia da Pós-Modernidade179
Isaac Sabbá Guimarães

O Princípio da Sustentabilidade como Princípio Fundamental Constitucional e das Relações de Consumo205
Fábio de Souza Trajano

PROCESSUAL

Juizados Especiais Cíveis e Criminais: da Esperança à Desilusão.....	221
<i>Bartira Soldera Dias</i>	
<i>Henrique da Rosa Ziesemer</i>	

CÍVEL

A Guarda Compartilhada no Combate à Ocorrência De Alienação Parental.....	241
<i>Nayara Machado de Aragão</i>	
<i>Maria Fernanda do Amaral Gugelmin Girardi</i>	

DIREITOS DIFUSOS

O Ministério Público e Algumas Contribuições Possíveis à Qualidade da Educação.....	263
<i>Antonio Carlos Ozório Nunes</i>	

O Afastamento Antecipado do Gestor Ímprobo e o Dever de Tutela do Patrimônio Público	279
<i>Tiago de Sousa Afonso da Silva</i>	

Pessoa com Deficiência: Histórico, Denominação e Conceito	293
<i>Ana Paula Koch De Bona</i>	

Prefeitos Municipais - Dispensar ou Inexigir Licitação Fora das Hipóteses Legais – Aspectos Penais	303
<i>Maynara Campos Borges Pinto da Luz</i>	

TAC em Improbidade Administrativa	319
<i>Eduardo Sens dos Santos</i>	

ATUAÇÃO - Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense, nº 17, jul / dez 2010

PENAL

A Revogação Total da Prescrição Retroativa pela Lei no 12.234, de 5 de maio de 2010, e crítica a esse instituto....9
Francisco Bissoli Filho

Um ano de Lei 12.015/2009. Críticando a Lei a as críticas à Lei.
Capítulo I - Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual 53
Pablo José Depiné

Um ano de Lei 12.015/2009. Críticando a Lei a as críticas à Lei.
Capítulo I - Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual 81
Pablo José Depiné

INFÂNCIA E JUVENTUDE

O Sistema de Garantia de Direitos da Infância e Juventude de Chapecó:
desafios e perspectivas na atuação em rede107

Ana Soraia Haddad Biasi
Liane Keitel
Vânia Augusta Cella Piazza

Da impossibilidade jurídica da “adoção intuitu personae” no
ordenamento jurídico brasileiro à luz da Lei nº 12.010/2009 e da
Constituição Federal de 1988..... 131
Murillo José Digiácomo

Liberdade, privacidade e sexualidade de crianças e adolescentes na Internet: uma rede de desafios para a defesa e
promoção de direito.....157
Rodrigo Nejm

CONSTITUCIONAL

A Concepção de Constituição na obra de Lenio Luiz Streck.....173
Alice Francisco da Cruz Salles
Henrique Rosa Ziesemer.

PROCESSUAL

O Mandado de Segurança Coletivo como instrumento de tutela de direitos difusos e o artigo 21 da Lei
12.016/2009.....189
Vitor Silveira Pargendler

ADMINISTRATIVO

Cumulação de sanções na pluralidade de atos de improbidade
administrativa..... 211
Eduardo Sens dos Santos

Agentes Políticos Eletivos e Direitos Sociais.....221
Renato Franco de Almeida

INSTITUCIONAL

O Conselho Superior do Ministério Público, e a necessidade premente da remodelação de suas decisões em sede de
arquivamentos de procedimentos administrativos e inquéritos civis.....251
Juliano da Silva

PEÇA PROCESSUAL

Parecer Mandado de Segurança - Multa Ambiental.....265
Pedro Roberto Decomain